

Inverso na pirâmide social

(NÃO ASSINADO)

9 de agosto de 2008

A economia é determinante para fortalecer ou não um governo, porque assegura a estabilidade. Caso contrário, a desestabilização é questão de tempo. Difícil mesmo é manter uma economia estável, assegurando dividendos sociais para a população. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi criticado ao ampliar o Bolsa Família, parecia manter a sua estrutura de poder político única e exclusivamente com aqueles que chegaram ao nível da miséria, socorridos com um cheque mensal. Na terça-feira, foram divulgadas duas pesquisas que podem consolidar ou não a estrutura social de Lula

As pesquisas foram realizadas pela Fundação Getúlio Vargas e o Ipea, demonstrando que a classe média cresceu e o número de pobres encolheu no país entre 2002 e 2008. Até aí, os números confirmam em uma mesma direção, mas começam a divergir quando a FGV relaciona a geração de emprego com carteira assinada, que impulsionou metade da população para uma ascensão social que não era esperada. Na contramão, o Ipea registra aumentos reais do mínimo e programas sociais.

Enquanto Marcelo Neri, da FGV, chegou à conclusão que a classe média domiciliar de R\$ 1.064 a R\$ 4.591, alcançando 19 milhões de pessoas, Márcio Pochmann, do Ipea, prefere não quantificar essa fatia da população, estimando que três milhões deixarão a pobreza até o fim de 2008.

Divergências à parte, mas o que os números do Centro de Políticas Sociais da FGV revelam é que, de cada 100 trabalhadores das seis maiores regiões metropolitanas que estavam em situação de miséria em janeiro deste ano, 32 aumentaram sua renda e mudaram de classe social depois de quatro meses, acrescentando que essa mobilidade contribuiu para a redução da desigualdade. Identificou também que esses movimentos de aumento da classe média e de redução da desigualdade, que começaram a ser detectados na atual década, cresceram ainda mais este ano.

Em consequência disso, a proporção de miseráveis nas maiores regiões metropolitanas despencou de 35% para 25% de abril de 2002 a abril de 2008. Nesse período, a classe média, que era de 44% da população, chegou a 52%.

Para a FGV, classe média é, na mais perfeita tradução, a população cuja renda domiciliar total se situava entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Isso não evitou a inclusão da classe E abaixo da linha da miséria, ou seja, a população cuja renda domiciliar estava inferior a R\$ 768. O percentual dessa classe, que conseguiu ascender, passou de 27% para 32%, sendo que 16% foi para a classe D, 15% para a classe média (C) e 1% chegou à elite (classe A ou B).

Já o Ipea define como pobres os que vivem em famílias com renda até R\$ 207,50, equivalente a meio salário mínimo por pessoa, e ricos os que pertencem a famílias de renda total superior a R\$ 16,6 mil, ou 40 salários mínimos, em valores atuais.

Números à parte, só no futuro é que se constatará se as pesquisas estão ou não certas. Prevalecem as divergências, também, entre os técnicos que analisaram os dois estudos.

A leitura que o sociólogo Adalberto Cardoso faz é diferente: a pesquisa não foi feita com a renda per capita, nem estabeleceu diferenças regionais. Para ele, fixar o ganho da classe média entre R\$ 1 mil e R\$ 4 mil é arbitrário.

De acordo com Adalberto Cardoso, o ideal seria avaliar em quais ocupações essa população está empregada. Um operário pode ganhar R\$ 1 mil e estar incluído nessa faixa pela renda. Mas, na estrutura social, ele é operário. Tradicionalmente, a classe média está no setor de serviços e no comércio. E não no operariado fabril. “Olhando dessa forma, acaba-se misturando alhos com bugalhos”, concluiu.